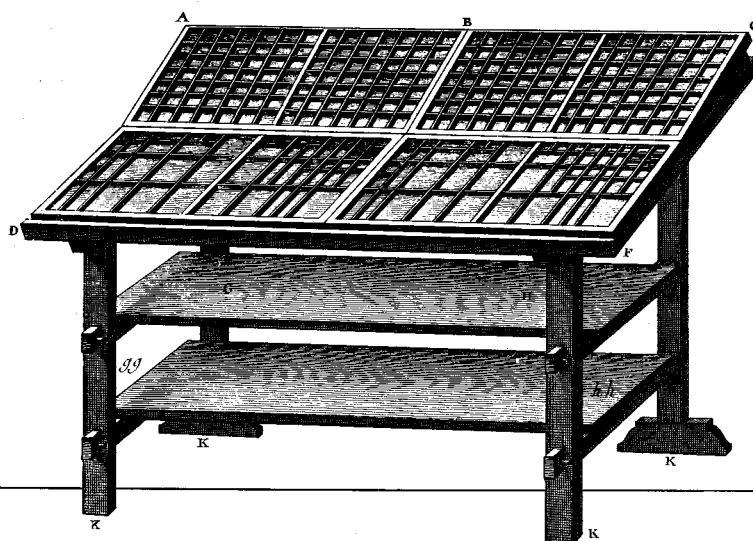


PESQUISA EM EDUCAÇÃO



QUALIDADE E REPRESENTATIVIDADE DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Pedro Demo

Da Universidade de Brasília

A discussão em torno da qualidade da pesquisa em Ciências Sociais é até hoje insolúvel, porque academicamente não temos como captar a dimensão dita qualitativa de forma adequada.

Deixemos de lado aqui qualquer referência às Ciências Naturais, tanto porque não saberíamos nos manifestar a contento, quanto porque nosso problema agora é a questão colocada no espaço das Ciências Sociais, e mais precisamente, na Educação.

Não vamos além de uma problematização preliminar, por coerência: pois não teríamos muito mais a dizer, dada a situação marcadamente incipiente nesta matéria. No fundo, apenas circunstanciamos esta incipiência.

Ligamos a discussão ao problema da representatividade, por poder ser entendida como questão conexa, ainda que não necessariamente.

EM TORNO DA QUALIDADE

Observações metodológicas

A rigor, não captamos qualidade, porque pertence ao *éthos* próprio de nossa maneira de fazer ciência, reduzi-la a seus indicadores quantitativos. Precisamente, o que captamos sob a face de "indicador", aparece sob forma quantitativa: índices, taxas, coeficientes, relações numéricas, etc. Isto porque predomina a crença metodológica de que somente pode ser considerada científica uma construção acadêmica de caráter *lógico-experimental*, para ficarmos com a proposta clássica de Pareto (1964)¹.

¹ Veja também P.DEMO, *Metodologia científica em Ciências sociais*. Atlas, 1980, p. 35 ss; R. ARON, *Les Étapes de la pensée sociologique*. Gallimard, 1967, p. 407 ss.

Primeiro, somente é científico o que aparece sob a forma lógica de uma lei, dentro do contexto causa/efeito, na tradição estruturalista nomotética. A História propende a ser vista como campo repetitivo de coisas "já dadas", e não produtivo-dialético, que emana também utopias e esperanças.

Segundo, somente é científico o que se mensura, se testa, se experimenta, se observa, subordinando a relevância social a paradigmas prévios metodológicos de sua captação experimentável.

Ora, na realidade social, raramente o "mais relevante" coincide com o "mais mensurável". E a contradição faz parte da vida, que tem na sua negação, a morte, a maneira de continuar. É unidade de contrários, onde a lógica da permanência é sua provisoriidade. Contingência estrutural: portanto, ilógica.

As Ciências Sociais imitam em excesso as Naturais, tomando-as no fundo como paradigma metodológico. Certamente, a realidade social também é natural, no que são válidos tais paradigmas; mas possui dimensões outras, pelo menos tão importantes (Habermas, 1983; Gadamer, 1952; Demo, 1983). Tomemos o exemplo corriqueiro da ideologia: ninguém duvida que existe, embora não se possa forjar um coeficiente. Sua maneira de aparecer é: envolver, impregnar, influenciar; é intensa, não extensa; é sutil, não é uma pedrada. E há quem até morra por ela.

Colocar a necessidade de perceber a qualidade, não significa desdizer a quantidade, porque esta é seu contrário dialético. A História é feita, tanto de determinações objetivas de ordem material, quanto de dimensões subjetivas sociais e políticas. Nossas metodologias acentuam o caminho objetivista, mesmo na dialética. É o caso marcante de Marx, sobretudo a partir da *Contribuição para a Crítica da Economia Política* (1973). No entanto, como soluções quantitativas não acarretam necessariamente soluções qualitativas, estas começaram a ser colocadas com maior ênfase, desde a idéia da "revolução cultural" de Mao, passando por Gramsci, até as posturas atuais de Bahro, (1977) crítica ao socialismo real, e de Habermas, (1982), teoria de ação comunicativa.

Num primeiro passo, poderíamos tentar sugerir que qualidade é uma *dimensão histórico-cultural*. Só é qualitativo o que o homem faz. A natureza é dada, objetivamente determinada, e sua evolução é cronológica, não histórica. O fenômeno humano também é um dado e possui suas determinações estruturais; mas nesse espaço, há história produtiva, não apenas repetitiva; há utopias e esperanças; há arte e há ética.

Num segundo passo, poderíamos insinuar que qualidade é de *ordem política*, no duplo sentido: na relação do homem com a natureza, através sobretudo do trabalho e da tecnologia, que são formas humanas de intervenção, onde entra o horizonte ideológico e prático inevitavelmente; e na relação do homem com o homem, no interior de fenômeno do poder: o que ele faz de si mesmo, dadas as circunstâncias objetivas.

Num terceiro passo, poderíamos colocar que a qualidade não é formal, mas uma *questão de conteúdo*. Qualitativo não é o que é apenas bem feito, pois uma tortura o pode ser; precisa sobretudo ser bem feito para o homem, o que põe sempre o horizonte hermenêutico das opções históricas possíveis.

Por fim, e sem qualquer pretexto de exaustividade, guardamos a sugestão preliminar (que ficará preliminar) de que o cerne da qualidade é *participação*. Quando dizemos a qualidade de vida, cultivamos o vício de reduzir a indicadores quantitativos, tais como: bom salário, bom emprego, satisfação das necessidades materiais, boas condições de moradia, superação das poluições mais perigosas, etc. Tudo isso é essencial, mas é apenas quantidade. O toque diferencial entre quantidade de vida e qualidade de vida estaria na dimensão participativa.

Quando queremos diferenciar crescimento de desenvolvimento, o melhor é apelar para o fenômeno participativo: crescimento participado é o que chamaríamos desenvolvimento. Quando queremos diferenciar educação política de outras formas que gostaríamos de taxar de domesticação, reprodução, socialização compensatória, mesmo inconscientemente fazemos um apelo ao fenômeno participativo, insinuado na linguagem em torno da comunidade, da cidadania, da auto-promoção, da identidade cultural, etc. (Demo, 1984 a).

Assim, enfocando qualidade como sobretudo participação, parece possível ingressar no horizonte academicamente perplexo da trajetória da *felicidade humana*. Qualidade é o que leva o projeto humano a se realizar, para além da base material e nela plantado. Tal realização humana a resumimos na dimensão participativa, que é prática histórica em busca da sociedade possível, senão desejável, pelo menos tolerável.

Dizia Brecht: se a Ciência não torna o homem mais feliz, não pode ser científica. Por conta disto, dificilmente a qualidade pode ser buscada na e pela ciência. Pois o que mais se produz aí é a tecnologia da destruição nas Ciências Naturais, e as formas mais refinadas de controle social nas Ciências Sociais. Nem os cientistas poderiam ser colocados como exemplo de felicidade humana.

Há quem diga, então, que se quisermos qualidade, precisamos buscá-la na sabedoria, no bom senso, na arte, que estão mais propriamente a serviço do lúdico, do belo, da convivência, da comunidade, da participação.

Qualidade científica

Qualidade científica é um estereótipo, porque se encerra em parâmetros externos, tais como: a) *imitação de métodos prevalentes externos*, sobretudo americanos, donde provém a caricatura metodológica empirista; só se fazem discípulos, porquanto só é mestre, quem não imita; b) *caça a títulos*, ainda que não passem de um rito de passagem; c) exigência de produtividade, já que esta, expressando-se materialmente (livros, artigos, conferências, seminários, etc), torna-se mais captável; d) *sofisticação metodológica e teórica*, pois o que se entende facilmente, "deve" ser vulgar; e) veneração do *argumento de autoridade*, que, a rigor, do ponto de vista metodológico, nunca foi argumento algum; f) *premência da utilidade funcional*, como se o compromisso em resolver problemas sociais fosse real.

Não se há de exacerbar esta crítica, porque cada tópico pode ter sua relevância. Estudar no exterior não precisa ser defeito; possuir título acadêmico elevado acaba sendo uma necessidade cartorial; produzir, mesmo

que seja quantidade, é fundamental; há sofisticações acadêmicas muito válidas, etc. Quanto à utilidade da pesquisa, é mister distinguir duas dimensões centrais: de um lado, existe a utilidade funcional, que é a subordinação da pesquisa a práticas determinadas, de forma utilitarista e na base da encomenda; no seu extremo, prova-se o que se paga. De outro, existe a realização histórica da pesquisa, dentro da unidade dialética de teoria e prática. Uma teoria que não chega à prática ou a evita e desconhece, nunca o foi, pois não se refere a algo histórico concreto. E uma prática que não volta à teoria, não sabe o que pratica, pois perde o horizonte da crítica e da autocrítica.

Assim, unir a pesquisa educacional à realização do processo educativo, no sentido de realizar aquilo que se reconhece politicamente como educação em dada sociedade, não é utilitarismo, nem encomenda, mas fluxo social lógico da teoria para a prática e da prática para a teoria. Outra coisa é, certamente, pagar uma pesquisa para salvar um programa em crise.

No entanto, quando falamos de qualidade científica, restringimo-nos ao campo aludido dos estereótipos, a gosto do grupo social de pesquisadores que com eles produz muito mais uma forma de autodefesa, do que conhecimento comprometido com mudanças sociais. Saber aplicar rigorosamente os passos metodológicos de uma pesquisa, está longe de garantir sua qualidade, tanto porque a produção competente do controle social, é de modo geral, rigorosa e bem fundamentada, como porque pode ser aplicada a fenômenos absolutamente irrelevantes, que jamais passarão de meros exercícios acadêmicos.

Em parte, o problema pode ser captado pela expressão surgida na Europa nos anos 60, do "idiota especializado", que por vezes conhece demais, mas sobre irrelevantes. Tanto é assim, que componentes expressivos do que se produz em Ciências Sociais não fariam falta alguma: a grande maioria da população, em sua vida cotidiana, não se orienta pelos conhecimentos armazenados pelas Ciências Sociais.

Em outra parte, porém, a questão não é de descuido, mas de específico interesse social, na rota da produção do controle social. As Ciências Sociais, construídas por um personagem especial, que é o cientista social, acalentam intrinsecamente um projeto de sociedade, no qual ele não se coloca por baixo, mas por cima na estrutura de poder. Há uma organicidade com referência ao grupo dominante, que se expressa na necessidade básica da construção ideológica com vistas à legitimação da ordem vigente. A pesquisa social é, em termos socio-políticos, principalmente o cadinho da elaboração ideológica a serviço do grupo dominante, cujo resultado mais palpável e vital é a armação dos controles sociais que resguardam a estrutura histórica de privilégios.

Assim, pode-se buscar na pesquisa social qualidade científica, nos trâmites dos estereótipos formalizantes, porque há aquelas que possuem aí extraordinária desenvoltura: bem comparadas, testadas em sofisticações metodológicas atualizadas, formalmente corretas, etc.

No entanto, qualidade, no sentido histórico-político, não é característica típica do projeto científico. Porquanto, em primeiro lugar, camufla-se sob exercícios quantitativos algo que se quer inutilmente qualidade;

em segundo lugar, procura-se em vão compensar-se através de procedimentos formais vazios de conteúdo; em terceiro lugar, a tendência marcante é a des-qualidade histórica, na forma dos mais variados controles sociais.

Boa Educação

A Ciência é sobretudo procedimento técnico e produção técnica. No entanto, é o que Educação menos é. Dificilmente alguém haveria de contestar que a "boa educação" é antes de mais nada uma arte. E sequer contestaria que pode ser feita por um analfabeto, já que as ideologias mais bizarras sempre são forjadas pelos "bem educados".

Ademais, a educação cotidiana em casa e na rua dificilmente respeita os resultados científicos de nossa pesquisa educacional. A escola procura respeitá-los, mas o difícil é respeitar a escola.

A pesquisa continua se fazendo, mesmo porque, no seu lado técnico, possui importância. Há lastros que podem ser tratados tecnicamente, como a feitura de um bom livro didático, de um bom plano, de um bom treinamento profissional, etc. No entanto, este horizonte é de relevância restrita, exceto para os próprios cientistas da Educação, que disto vivem.

Seria uma bagatela constatar que nosso processo educativo real é por demais precário e que isto não se deve em primeiro lugar porque falte pesquisa ou seja mal feita. Comparada com os resultados exíguos, talvez haja demais. Nosso processo educativo padece muito mais de outros problemas, a começar pela questão política. Nega-se o direito à boa educação, porque está por demais presa às funcionalidades dos controles sociais.

Educação, como expressão da autopromoção, da auto-gestão, como canal de participação política, é componente central da dimensão da qualidade. Qualquer país cresce sem educação, mas sem ela não se desenvolve, porque lhe faltaria algo que não se mede, não se pesa, não se acumula, mas mata de outra maneira: ou seja, dignidade histórica.

Assim colocada, ainda que de forma tão preliminar, a questão da qualidade remete à modéstia de que: a) não sabemos tratar de modo adequado, a começar pela própria inadequação das Ciências Sociais; b) é muito difícil mostrar e garantir que o produto das Ciências da Educação tenha a ver com a "boa educação", entendida como arte política de viver; c) o "bom educador" não é antes de tudo um técnico; ao contrário, será um sábio, um artista, algo que a academia extermina por questão de método; d) as dimensões humanas da utopia e da esperança, que são o que o homem quer ser (não ter), precisam ser cultivadas ludicamente, criativamente, sutilmente, e não manipuladas tecnicamente como objeto; e) fora das Ciências Sociais há esferas muito relevantes, que impregnam o cotidiano da vida, mais que o científico: a religiosidade, a magia, a astrologia, a superstição, o mito, etc; por aí corre educação, mais que em nossos livros e pesquisas, e disto vive o homem sábio, de bom senso e artista.

A rigor, não sabemos ir além de constatar nossa miséria científica. Ao sugerirmos que qualidade é própria

mente participação, não transpiramos mais que um trejeito, de quem cansou da ciência; mas ainda não é caminho.

A reflexão, ademais, parece piegas, porque falar de felicidade humana, como queria Brecht, assume o tom de moralismo barato. Entretanto, nada há de mais importante na vida do que a vida que vale a pena ser vivida. Se Educação não é isto, não pode ser "boa".

Por fim, enquanto pesquisamos irrelevâncias, diverte-se o controle social.

Sobre representatividade

Representatividade remete a um problema técnico, de partida, que é a possibilidade de o menor "substituir" o maior. Representar quer dizer que uma parte está pelo todo, sem desfigurar o todo, ou mesmo potenciando o todo. Não se trata de substituição compensatória, embora possa ser e na maioria dos casos é.

Algumas formas de representatividade são frequentemente chamadas à cena, tais como:

Representatividade científica refere-se à propriedade de generalização do método estatisticamente fundado. Foge-se assim à necessidade de repetição indefinida do mesmo fenômeno, para dele se extrair uma lei, ou pelo menos uma regularidade. Fala-se de amostra representativa e usa-se o cálculo de probabilidade para a delimitar no tamanho na sua margem de erro. Em termos formais, é um dos critérios mais utilizados de cientificidade da pesquisa, porque, ainda que fosse vazia, seria metodologicamente fundada em procedimentos considerados lógicos e experimentais.

Representatividade social significa a possibilidade de uma parte menor da sociedade falar pelo todo, re-colocando a complexa discussão da consciência verdadeira. No sistema de classes sociais, muitos aceitariam que o proletariado estaria em condições mais autênticas de representar a sociedade, porque: a) é o portador da contradição principal, dentro deste modo de produção; b) é a origem mais evidente do processo revolucionário, se admitimos que ele provém de baixo para cima; c) constitui a grande maioria da sociedade em termos estatísticos; d) é o real produtor, sendo a classe contrária improdutiva e parasita.

Tudo isso não garante necessariamente consciência verdadeira, já que sua manipulação também é possível na mais sibilina exploração, mas aduz uma série ponderável de motivos e que jamais poderiam ser eximidos da conotação ideológica.

Dentro do proletariado, muitos aceitariam que é representado pela "vanguarda", ou seja, por uma minoria mais ativa e consciente, que, devido à sua conexão orgânica com o todo, pode por ele falar. Esta discussão vai se tornando mais complicada, porque reponta com acuidade cada vez maior a problemática típica da representatividade: até que ponto a parte menor manipula a maior.

Representatividade regional, dentro dos quadros dos desequilíbrios regionais, põe a questão da importância de determinada região menos desenvolvida com respeito às outras mais desenvolvidas. Procura-se levantar vantagens outras, para além daquelas econômicas, atra-

vés das quais a região é jungida à dependência. No caso do Nordeste, conclama-se sua relevância por intermédio do apelo ao tamanho da população, ao número de Estados, à quantidade de representantes políticos no Congresso, à produção de petróleo, etc.

Representatividade política coloca a questão mais pertinente em nosso contexto e significa a delegação legítima pela base a um grupo menor, com mandato que o torna capaz de se expressar pelo todo, e até mesmo de pelo todo decidir. O problema poderia ser resumido a duas vertentes mais fundamentais: representantes obtidos por eleição geral, e processo de eleição baseado em direito, o que lhe dá legitimidade.

O controle por parte da base constitui a garantia maior da "responsabilidade" do representante, que o levaria a colocar-se de fato a serviço do grupo maior e não a seu serviço particular ou de fações privilegiadas. Por trás desta figura da representatividade está a prevalência de processos dominativos, que agem por outorga de cima para baixo, usurpando direitos insubstituíveis da base. Seria representativa a liderança que se constitui por eleição geral, dentro de regras democráticas de jogo, em comum acordadas e em comum modificadas. E, pois, parte integrante de processos participativos legítimos, e, neste sentido, constitui uma dimensão qualitativa específica, dentro das sugestões acima.

Uma das dificuldades específicas da representatividade política é que a democracia é tanto mais viável, quanto menor for o grupo associado. A distância física e social entre representados e representantes acarreta perda de qualidade do processo, pois o controle por parte da base vai se tornando cada vez mais teórico. O exemplo mais à mão é a questão da representatividade de nosso Congresso. Seus membros são certamente representativos, à medida que são gerados dentro das regras de jogo. Só que a sociedade dificilmente acredita nisto, e os exemplos negativos da história são os mais comuns.

No que se refere à pesquisa, a questão da representatividade política está em cena, sobretudo com o advento da pesquisa participante. Uma das suas críticas é que o pesquisador não se preocupa em desfazer a relação de objeto com respeito à comunidade pesquisada, assumindo postura tecnocrática, opressora e manipuladora. Formas participativas de pesquisa buscariam superar tais entraves, por intermédio de posturas que privilegiam autodiagnósticos (sem abandonar diagnósticos técnicos e acadêmicos) e a capacidade comunitária de formular sua própria estratégia de enfrentamento dos problemas conscientemente assumidos (Brandão, 1984; Demo, 1984b).

Assume-se a prática como também geradora de conhecimento, calcada em formas de participação comunitária. Embora possa recair facilmente no ativismo, procura unir teoria e prática dialeticamente. Sem entrar propriamente no mérito da pesquisa participante, mas supondo que seja um dos gêneros válidos e necessários de pesquisa, algumas questões importantes em torno da representatividade seriam: a) experiências participativas são típicas, porque ligadas a determinada comunidade e porque a noção de prática não pode ser uma abstração conceitual generalizante. Daí a pergunta inquietante: vale a pena pulverizar os esforços em assuntos tão típicos, cuja validação geral seria sempre questionável? b)

uma via de superação possível estaria em experimentos de maior envergadura social, se pudéssemos gerar, passo a passo, de baixo para cima, uma representação superior legítima, que pela sociedade pudesse falar e por ela decidir; é óbvia a extrema dificuldade de realização de tal processo, mesmo porque suporia um nível elevado de democratização da sociedade. c) as formas tradicionais de pesquisa podem possuir representatividade estatística, mas dificilmente atingem a política, até porque seria vista como estorvo metodológico, diante dos parâmetros da neutralidade científica; isto não torna estes gêneros de pesquisa inúteis, mas circunscreve limites claros de seu alcance. O mínimo que se pode dizer é que o pesquisador não possui nenhum mandato para representar os pesquisados.

No entanto, é fundamental diferenciar níveis de análise. Uma coisa é a representatividade estatística, que se decide tecnicamente. Outra coisa é a representatividade política, que se decide na área da História. É absolutamente falso obter validade estatística por eleição. Competência técnica não substitui democracia, e vice-versa. E um líder pode ser muito democrático, mas incompetente em termos técnicos, administrativos, gerenciais, etc.

Ao colocarmos a questão da representatividade política da pesquisa educacional, retomamos a preocupação anterior da qualidade. A que mais interessa, não é a formal-técnica, mas a política. Neste sentido, dificilmente se pode fugir à constatação de que é representativa. Passa ao largo da vida social, por mais que tenha dotes acadêmicos em profusão. Não é tão inocente, quanto interessada nos controles sociais vigentes. Por isto, em parte inútil, na maior parte competentemente reprodutora.

Certamente, uma couraça técnica para esconder outra forma de compromisso político, na linha da desqualidade. A suspeita lançada sobre a pesquisa participante, em parte correta, se alimenta muitas vezes do temor diante do desmascaramento, porque sabemos ser tão críticos, quão pouco autocríticos. Sofisticações formalizantes enfeitam e imbecilizam o contexto, mais do que o elucidam e criam soluções viáveis.

Procurar qualidade na pesquisa educacional talvez seja uma busca em lugar errado ou impróprio, como de modo geral nas Ciências Sociais. Qualidade surgiria, caso o cientista da Educação fosse fundamentalmente um sábio, comprometido com a felicidade humana, um homem de bom senso, comprometido com o que interessa no mais cotidiano da vida, e um artista, comprometido com a utopia. Se assim fosse, a habilidade técnica e formal poderia corroborar o que gostaríamos que fosse qualidade, dentro de uma forma representativa de organização social.

É evidente nossa incipiência neste terreno. No entanto, é muito válido fomentar formas mais participativas de pesquisa educacional, ainda que tópicas, porque o fenômeno participativo não é algo secundário, intermitente ou eventual em Educação, mas propriamente sua essência. Ao mesmo tempo, há que lutar contra vícios e banalizações do ativismo, bem como contra estratégias ainda mais sibilinas de controle social escondidas sob projetos pretensamente participativos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAHRO, R. *Die alternative: zur kritik des real existierenden sozialismus*. Rororo, 1977.
- BRANDÃO, C. R. org. *Pesquisa participante*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- DEMO, P. *Participação e conquista: noções de política social participativa*. Brasília, IPLAN/CPR, 1984. mimeo.
- _____. *Pesquisa participante: mito e realidade*. Rio de Janeiro, SENAC, 1984.
- _____. *Questão de qualidade: Ciências Sociais e a dimensão qualitativa da realidade social*. Brasília, UNB, 1983, mimeo.
- GADEMER, G. *Wahrheit und Methode*. Tuebingen, 1962.
- HABERMAS, J. *Conhecimento e interesse*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- _____. *Theorie des kommunikativen Handelns*. Suhrkamp, 1982. 2 v.
- MACCIOCCHI, A. *A favor de Gramsci*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- MARX, K. *Contribuição para a crítica da economia política*. Estampa, 1973.
- PARETO, V. *Trattato di sociologia generale*. Milão, 1964.